

A entrada feminina na polícia militar do Pará e a reconstrução das masculinidades no ambiente militar.

The entry of women into the military police of Pará and the reconstruction of masculinities in the military environment.

El ingreso femenino en la policía militar de Pará y la reconstrucción de las masculinidades en el ambiente militar.

Jeffson Lima dos Anjos¹

Augusto Cesar Pereira dos Santos²

Zidiellyson Nazareno Lima Ferreira³

Reinaldo Gondin da Silva⁴

RESUMO: Este artigo analisa a entrada feminina na Polícia Militar do Pará (PMPA) e sua relação com a reconstrução das masculinidades no ambiente militar. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que forma a presença feminina na PMPA contribui para a ressignificação dos papéis tradicionais de gênero e para o questionamento da cultura da masculinidade tradicional na instituição? O objetivo geral consiste em compreender a inserção das mulheres na corporação como fator de transformação institucional, simbólica e profissional, especialmente diante de uma cultura historicamente marcada por valores associados à força física, autoridade, disciplina rígida, controle emocional e predominância masculina. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da consulta a livros, artigos científicos, periódicos acadêmicos, documentos institucionais, reportagens oficiais e registros públicos relacionados aos estudos de gênero, masculinidades, feminismo, machismo, cultura policial e presença feminina nas instituições militares. A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa e temática das fontes selecionadas. Os resultados indicam que a entrada das mulheres na PMPA, iniciada em 1982, contribuiu para ampliar os espaços de atuação feminina em funções administrativas, operacionais, educacionais e de comando, tensionando padrões tradicionais de gênero e demonstrando que a competência policial não se restringe à força física ou à rigidez emocional. Conclui-se que a presença feminina na corporação favorece a humanização das práticas policiais, a valorização da escuta ativa, da mediação de conflitos, do equilíbrio emocional e da cooperação profissional,

¹ Pós-graduado em Segurança Pública e inteligência pela FACUMINAS e graduado em tecnólogo em Segurança Pública no Centro Universitário ETEP.

² Licenciatura em Educação Física (Universidade Federal do Pará). Pós Graduação Latu Sensu em Personal Trainer e Educação Física Escolar (I.E.S Faculdade FAVENI). E-mail: gutomat@hotmail.com

³ Licenciatura em educação física pela Unopar. E-mail: Zidiellyson@gmail.com

⁴ E-mail: reinaldo26gondin@yahoo.com.br

contribuindo para a construção de masculinidades mais saudáveis e para o aprimoramento institucional da segurança pública.

Palavras-chave: Polícia Militar do Pará; presença feminina; masculinidades; gênero; cultura militar.

ABSTRACT: This article analyzes the entry of women into the Military Police of Pará (PMPA) and its relationship with the reconstruction of masculinities within the military environment. The study is guided by the following research problem: how does the female presence in the PMPA contribute to the resignification of traditional gender roles and to the questioning of the culture of traditional masculinity within the institution? The general objective is to understand women's inclusion in the corporation as a factor of institutional, symbolic, and professional transformation, especially in a culture historically marked by values associated with physical strength, authority, strict discipline, emotional control, and male predominance. The research is qualitative, bibliographic, and documentary in nature, based on books, scientific articles, academic journals, institutional documents, official reports, and public records related to gender studies, masculinities, feminism, sexism, police culture, and women's presence in military institutions. The analysis was conducted through interpretative and thematic reading of the selected sources. The results indicate that women's entry into the PMPA, beginning in 1982, contributed to expanding female participation in administrative, operational, educational, and command functions, challenging traditional gender patterns and demonstrating that police competence is not limited to physical strength or emotional rigidity. It is concluded that the female presence in the corporation contributes to the humanization of police practices, the appreciation of active listening, conflict mediation, emotional balance, and professional cooperation, promoting healthier masculinities and institutional improvement in public security.

Keywords: Military Police of Pará; female presence; masculinities; gender; military culture.

RESUMEN: Este artículo analiza el ingreso femenino en la Policía Militar de Pará (PMPA) y su relación con la reconstrucción de las masculinidades en el ambiente militar. Se parte del siguiente problema de investigación: de qué manera la presencia femenina en la PMPA contribuye a la resignificación de los papeles tradicionales de género y al cuestionamiento de la cultura de la masculinidad tradicional en la institución? El objetivo general consiste en comprender la inserción de las mujeres en la corporación como factor de transformación institucional, simbólica y profesional, especialmente ante una cultura históricamente marcada por valores asociados a la fuerza física, la autoridad, la disciplina rígida, el control emocional y la predominancia masculina. La investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza bibliográfica y documental, desarrollada a partir de la consulta de libros, artículos científicos, periódicos académicos, documentos institucionales, reportajes oficiales y registros públicos relacionados con los estudios de género, masculinidades, feminismo, machismo, cultura policial y presencia femenina en las instituciones militares. El análisis se realizó mediante lectura interpretativa y temática de las fuentes seleccionadas. Los resultados indican que el ingreso de las mujeres en la PMPA, iniciado en 1982, contribuyó a ampliar los espacios de actuación femenina en funciones administrativas, operativas, educativas y de mando, tensionando patrones tradicionales de género y demostrando que la competencia policial no se restringe a la fuerza física ni a la rigidez emocional. Se concluye que la presencia femenina en la corporación favorece la humanización de las prácticas policiales, la valorización de la escucha activa, la mediación de conflictos, el equilibrio emocional y la cooperación profesional, contribuyendo a la construcción de masculinidades más saludables y al perfeccionamiento institucional de la seguridad pública.

Palabras clave: Polícia Militar de Pará; presença feminina; masculinidades; gênero; cultura militar.

INTRODUÇÃO

A presença feminina nas instituições militares brasileiras representa uma importante transformação histórica, social e institucional no campo da segurança pública (Soares; Musumeci, 2005). Durante muito tempo, as corporações policiais militares foram estruturadas sob valores tradicionalmente associados ao universo masculino, como força física, disciplina rígida, autoridade, resistência emocional, coragem e capacidade de enfrentamento (Connell, 1995). Esses elementos contribuíram para a construção de uma cultura organizacional marcada pela masculinidade tradicional, na qual o ideal de policial esteve frequentemente vinculado à figura do homem forte, disciplinado, emocionalmente resistente e preparado para situações de risco (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021; Santiago; Grisoski, 2022).

No caso da Polícia Militar do Pará (PMPA), essa lógica também esteve presente na formação histórica da corporação. O ambiente militar, por sua estrutura hierárquica e disciplinar, consolidou práticas, símbolos e representações que associavam o trabalho policial ao masculino, especialmente nas atividades operacionais, nas abordagens, no comando de guarnições e nos espaços de maior visibilidade institucional (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). Conforme discutido ao longo do trabalho, a masculinidade militar não se expressava apenas como identidade individual, mas como lógica organizacional que distribuía funções, prestígio e reconhecimento dentro da corporação (Bourdieu, 2012; Santiago; Grisoski, 2022).

A entrada das mulheres na Polícia Militar do Pará, a partir de 1982, rompeu gradativamente com a exclusividade masculina nos quartéis e inaugurou um novo momento para a segurança pública paraense (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). A presença feminina passou a ocupar espaços administrativos, operacionais, educacionais e de comando, contribuindo para a transformação simbólica da cultura militar (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). Essa inserção não representou apenas uma alteração quantitativa no efetivo policial, mas um processo progressivo de reconstrução dos papéis tradicionais de gênero no interior da instituição (Leite; Nummer; Cardoso, 2018; Tolosa; Charlet; Lima, 2022).

Nesse contexto, a mulher policial passou a desempenhar papel relevante tanto nas atividades internas da corporação quanto nas ações diretamente voltadas à sociedade, ocupando funções administrativas, operacionais e de liderança (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). Sua atuação em viaturas, operações policiais, abordagens e atendimento a ocorrências sensíveis, como aquelas relacionadas à Lei Maria da Penha, evidencia que a atividade policial contemporânea exige competências que vão além da força física (BRASIL, 2006). A comunicação, a escuta ativa, a mediação de conflitos, o

equilíbrio emocional, a técnica e a capacidade de acolhimento tornam-se elementos essenciais para uma segurança pública mais humanizada e eficiente (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021).

Diante disso, o presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma a entrada feminina na Polícia Militar do Pará contribui para a reconstrução dos papéis tradicionais de gênero e para a ressignificação da cultura da masculinidade no ambiente militar?

O objetivo geral deste estudo é analisar a entrada feminina na Polícia Militar do Pará como fator de transformação institucional e de reconstrução dos papéis tradicionais de gênero no ambiente militar. Como objetivos específicos, busca-se: compreender a cultura da masculinidade tradicional no ambiente policial militar; discutir a trajetória da inserção feminina na PMPA e suas repercussões institucionais; analisar como a presença feminina contribui para questionar padrões de machismo institucional; e refletir sobre os impactos da hipermasculinidade na saúde emocional dos homens policiais, destacando a possibilidade de construção de masculinidades mais saudáveis e humanizadas.

A justificativa da pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar os estudos sobre gênero, segurança pública e cultura militar, especialmente no contexto da Polícia Militar do Pará. A temática torna-se relevante porque permite compreender que a inclusão feminina não se limita à ocupação de vagas por mulheres, mas envolve mudanças mais profundas nas relações institucionais, nos símbolos de autoridade, nas formas de liderança e nas práticas profissionais. Além disso, o estudo contribui para demonstrar que a reconstrução das masculinidades no ambiente militar também pode beneficiar os próprios homens, ao questionar modelos rígidos de invulnerabilidade emocional, silêncio psicológico e resistência permanente.

O artigo está organizado em três seções principais. A primeira discute a cultura da masculinidade tradicional no ambiente militar, abordando seus significados sociológicos, simbólicos, institucionais e psicológicos. A segunda analisa a entrada feminina na Polícia Militar do Pará e as transformações institucionais decorrentes desse processo. A terceira reflete sobre o feminismo e a reconstrução das masculinidades, com ênfase nos impactos emocionais da hipermasculinidade no ambiente militar e na contribuição da presença feminina para relações profissionais mais humanizadas, equilibradas e democráticas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade exploratória e descritiva. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os significados sociais, simbólicos, institucionais e culturais relacionados à entrada feminina na Polícia Militar do Pará, bem como sua

relação com a reconstrução dos papéis tradicionais de gênero e das masculinidades no ambiente militar.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da consulta a livros, artigos científicos, periódicos acadêmicos e produções teóricas relacionadas aos estudos de gênero, masculinidades, feminismo, machismo, patriarcado, dominação masculina, disciplina institucional, cultura policial e presença feminina nas instituições militares. Para a fundamentação teórica, foram utilizados autores clássicos e contemporâneos que discutem gênero, poder, disciplina e cultura institucional, tais como Connell (1995), Bourdieu (2012), Foucault (1987), Saffioti (2004), Hooks (2000), Drumont (1980), Santiago e Grisosi (2022), Lopes, Ribeiro e Souza (2021), além de estudos específicos sobre a presença feminina nas polícias militares brasileiras.

A pesquisa documental foi realizada por meio da análise de documentos institucionais, reportagens oficiais, registros públicos e materiais informativos relacionados à trajetória da presença feminina na Polícia Militar do Pará, especialmente aqueles que tratam do ingresso das primeiras mulheres na corporação, da atuação feminina em funções administrativas e operacionais, da presença de mulheres em espaços de comando e liderança e da participação feminina em ações de atendimento a ocorrências sensíveis, como as relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O recorte temático da pesquisa concentrou-se na relação entre a entrada feminina na PMPA e a transformação da cultura institucional militar, com ênfase na reconstrução das masculinidades, na crítica ao machismo institucional e na valorização de competências profissionais como escuta ativa, mediação de conflitos, comunicação, equilíbrio emocional e humanização da atuação policial. O recorte temporal considerou, especialmente, o período iniciado em 1982, ano de ingresso das primeiras mulheres na Polícia Militar do Pará, até produções e registros contemporâneos sobre a ampliação da presença feminina na corporação.

Foram adotados como critérios de inclusão: obras e artigos científicos que abordassem masculinidades, gênero, feminismo, machismo, cultura policial, mulheres nas polícias militares e presença feminina na PMPA; documentos e registros institucionais relacionados à trajetória das mulheres na Polícia Militar do Pará; e materiais que contribuíssem diretamente para a compreensão da relação entre gênero, segurança pública e cultura militar. Foram excluídos textos sem relação direta com a temática da pesquisa, materiais opinativos sem fundamentação teórica ou institucional e documentos que não apresentassem pertinência com o objeto investigado.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura interpretativa e análise temática das fontes selecionadas. Inicialmente, foram identificadas categorias centrais relacionadas à masculinidade tradicional, cultura militar, machismo institucional, entrada feminina na PMPA,

atuação operacional das mulheres, feminismo e reconstrução das masculinidades. Em seguida, essas categorias foram articuladas com o referencial teórico, buscando compreender de que forma a presença feminina tensiona padrões tradicionais de gênero e contribui para a ressignificação das relações institucionais no ambiente policial militar.

Por fim, a análise buscou relacionar os achados bibliográficos e documentais à missão institucional da Polícia Militar do Pará, considerando que a valorização da diversidade, a humanização das práticas policiais, a melhoria das relações internas, o fortalecimento da atuação feminina e a construção de masculinidades mais saudáveis podem contribuir para o aprimoramento das atividades-meio e fim da corporação.

A CULTURA DA MASCULINIDADE TRADICIONAL NO AMBIENTE MILITAR

A discussão sobre masculinidade exige, inicialmente, compreender que o termo não se refere apenas ao sexo biológico masculino, mas a uma construção social, histórica e cultural sobre aquilo que determinada sociedade espera dos homens (Connell, 1995). Assim, a masculinidade envolve valores, comportamentos, símbolos e práticas que indicam como os homens devem agir, sentir, falar, liderar e ocupar espaços sociais (Connell, 1995; Bourdieu, 2012). Do ponto de vista sociológico, não existe uma única forma de ser homem, mas diferentes masculinidades, construídas conforme o contexto histórico, cultural, institucional e político de cada sociedade (Connell, 1995).

Nesse sentido, Connell (1995) desenvolve o conceito de masculinidade hegemônica para explicar o modelo dominante de masculinidade que se apresenta como socialmente mais valorizado e que legitima relações de poder. Esse modelo costuma associar o masculino à força, à autoridade, à coragem, ao domínio, à competitividade e ao controle emocional (Connell, 1995). Nas instituições militares, tais características ganham ainda maior intensidade, pois a cultura organizacional historicamente valoriza disciplina, hierarquia, resistência física, enfrentamento do risco e obediência às ordens superiores (Foucault, 1987; Santiago; Grisosi, 2022).

Bourdieu (2012), ao discutir a dominação masculina, contribui para compreender como determinadas relações de poder são naturalizadas socialmente. Para o autor, a ordem masculina frequentemente se apresenta como neutra, legítima e evidente, fazendo com que desigualdades e hierarquias de gênero sejam percebidas como naturais. Desse modo, práticas institucionais marcadas pela valorização do masculino podem ser reproduzidas no cotidiano sem que sejam imediatamente reconhecidas como formas de dominação simbólica.

Foucault (1987), por sua vez, permite compreender como as instituições disciplinares moldam corpos, comportamentos e subjetividades. No ambiente militar, a disciplina não atua apenas como regra formal, mas como mecanismo de formação do sujeito institucional (Foucault,

1987). O policial militar aprende a controlar gestos, linguagem, postura corporal, emoções e reações diante do perigo, em um processo de construção de subjetividades adequado às exigências da instituição disciplinar (Foucault, 1987). A farda, a continência, a hierarquia, os comandos, a rotina e os treinamentos produzem uma identidade profissional marcada pela obediência, pela prontidão e pelo autocontrole (Foucault, 1987; Santiago; Grisoski, 2022).

A cultura masculina militar também se expressa por meio de símbolos. A farda representa pertencimento, autoridade pública e identidade profissional, funcionando como marca visível da inserção do indivíduo na estrutura institucional (Foucault, 1987). A arma, historicamente associada à proteção, à coerção e ao uso legítimo da força, reforça a imagem do policial como sujeito preparado para o enfrentamento e para a preservação da ordem pública (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021). A hierarquia organiza as relações internas entre comando e obediência, enquanto a disciplina estrutura comportamentos e delimita aquilo que é considerado adequado ou inadequado ao perfil militar (Foucault, 1987). Esses elementos, somados, fortalecem uma cultura institucional em que masculinidade, autoridade e força passam a ser vistas como dimensões próximas (Connell, 1995; Santiago; Grisoski, 2022).

No campo psicológico, esse modelo também produz efeitos importantes sobre os próprios homens. A exigência permanente de firmeza, coragem e controle emocional pode dificultar o reconhecimento de sentimentos como medo, tristeza, insegurança, exaustão ou sofrimento psíquico (Hooks, 2000). Em ambientes marcados pela hipermasculinidade, demonstrar vulnerabilidade pode ser interpretado como fraqueza ou falta de preparo profissional, reforçando a ideia de que o policial deve manter-se emocionalmente resistente e aparentemente invulnerável (Santiago; Grisoski, 2022). Assim, muitos homens são levados a silenciar dores emocionais, evitar pedidos de ajuda e sustentar uma imagem constante de força diante dos colegas e superiores (Saffioti, 2004; Hooks, 2000).

A socialização masculina dentro das estruturas patriarcais também estimula comportamentos associados à agressividade, à competitividade e à negação da vulnerabilidade emocional. Conforme afirma Saffioti (2004, p. 35), “os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem”. Nas corporações militares, essa socialização tende a ser intensificada pela rotina de risco, pela hierarquia rígida, pela exposição à violência e pela expectativa de desempenho permanente.

Nesse mesmo sentido, Santiago e Grisoski (2022) analisam a produção de masculinidades na Polícia Militar a partir de uma perspectiva foucaultiana, demonstrando como determinados discursos institucionais associam o perfil policial ideal à resistência emocional, ao controle afetivo e à tolerância diante da violência. As autoras destacam que, em determinado edital da Polícia Militar do Paraná, a masculinidade foi definida como a “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar

interesse em histórias românticas e de amor” (Governo do Estado do Paraná, 2019a, p. 23 apud Santiago; Grisoski, 2022, p. 48). Essa definição evidencia como a masculinidade pode ser institucionalmente associada à repressão das emoções e à construção de um sujeito policial emocionalmente endurecido.

Lopes, Ribeiro e Souza (2021) também observam que a cultura policial tende a associar a atividade ostensiva à força física, à coragem e ao enfrentamento operacional. Essa representação contribui para reforçar a ideia de que o “verdadeiro trabalho policial” estaria ligado ao risco, ao combate e ao uso da força, enquanto outras dimensões da segurança pública, como mediação de conflitos, escuta, acolhimento e prevenção, tendem a ser socialmente menos valorizadas.

Waddington (1999) denomina esse fenômeno de “culto à masculinidade”, caracterizado pela valorização da ação, da violência e da resistência emocional como elementos centrais da cultura ocupacional policial. Tal lógica contribui para consolidar a imagem do policial ideal como alguém capaz de agir sob pressão, enfrentar o perigo e controlar completamente suas emoções. No entanto, essa concepção reduz a complexidade da atividade policial, que também exige discernimento, inteligência emocional, comunicação, equilíbrio psicológico e capacidade de mediação.

O machismo, nesse contexto, não deve ser compreendido apenas como atitude individual, mas como parte de uma estrutura social mais ampla. Drumont (1980) define o machismo como um sistema de “representações-dominação” que utiliza as diferenças sexuais para legitimar relações de poder entre homens e mulheres. No ambiente militar, esse sistema pode aparecer na naturalização da autoridade masculina e na valorização excessiva da virilidade (Bourdieu, 2012). Além disso, manifesta-se na resistência à demonstração de vulnerabilidade e na desvalorização de atributos associados ao cuidado, à escuta e à sensibilidade (Santiago; Grisoski, 2022).

A partir dessas bases teóricas, é possível compreender que a Polícia Militar do Pará também foi historicamente atravessada por uma cultura predominantemente masculina. Durante muitos anos, o ideal do policial esteve diretamente relacionado à figura do homem forte, corajoso, disciplinado, emocionalmente resistente e preparado para o enfrentamento. A própria organização dos quartéis, das funções operacionais, dos espaços de comando e das representações sobre o policiamento reforçava a ideia de que a atividade policial militar era essencialmente vinculada ao masculino.

Na Polícia Militar do Pará, essa cultura se manifestou em práticas e representações marcadas pelo machismo institucional, muitas vezes naturalizadas no cotidiano da corporação. O estudo de Leite, Nummer e Cardoso (2018) demonstra que as mulheres policiais enfrentaram preconceitos, limitações funcionais e direcionamento frequente para atividades administrativas, evidenciando que o policiamento ostensivo e os espaços de maior visibilidade institucional eram historicamente

associados aos homens. Assim, a masculinidade militar não se expressava apenas como identidade individual, mas como lógica organizacional que distribuía funções, prestígio e reconhecimento.

Essa construção também influenciou a divisão simbólica do trabalho policial. Enquanto operações, abordagens, comando de guarnições e enfrentamento direto eram associados ao universo masculino, atividades administrativas, educativas, assistenciais ou de cuidado eram frequentemente aproximadas do feminino (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021). Essa divisão funcional revela a permanência de representações sociais que atribuíam maior legitimidade ao masculino nos espaços operacionais da corporação (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). Além disso, tal hierarquização entre atributos masculinos e femininos pode ser compreendida como expressão de uma dominação simbólica naturalizada nas instituições sociais (Bourdieu, 2012).

Desse modo, a cultura da masculinidade tradicional no ambiente militar envolve dimensões sociológicas, simbólicas, institucionais e psicológicas. Ela organiza comportamentos, define expectativas, distribui prestígio e estabelece padrões de reconhecimento profissional (Connell, 1995). No plano institucional, essa cultura é reforçada por mecanismos de disciplina, hierarquia e controle dos corpos e subjetividades (Foucault, 1987). Contudo, também pode produzir silenciamentos, exclusões e adoecimentos, especialmente quando transforma força emocional em obrigação permanente e vulnerabilidade em sinal de fraqueza (Hooks, 2000; Santiago; Grisoski, 2022).

É nesse cenário historicamente marcado pela masculinidade tradicional que a entrada feminina na Polícia Militar do Pará passa a adquirir significado transformador. A chegada das mulheres à corporação, a partir de 1982, não representou apenas a inclusão de um novo grupo no efetivo policial, mas o início de um processo gradual de questionamento das práticas, símbolos e papéis de gênero antes naturalizados no ambiente militar. A partir dessa presença, a instituição começou a experimentar novas formas de atuação, convivência, liderança e reconhecimento profissional.

A ENTRADA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ E AS TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A ampliação da presença feminina na Polícia Militar do Pará provocou mudanças progressivas nas relações institucionais e nos espaços historicamente ocupados pelos homens. A entrada das mulheres na corporação representou não apenas uma alteração quantitativa do efetivo policial, mas também uma transformação simbólica dentro da cultura militar, tradicionalmente estruturada sob padrões masculinos de autoridade e poder (Leite; Nummer; Cardoso, 2018).

As primeiras mulheres ingressaram na PMPA em 1982, rompendo com a exclusividade masculina nos quartéis e inaugurando um novo momento histórico para a segurança pública paraense (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). Desde então, a presença feminina passou gradativamente a ocupar espaços administrativos, operacionais, educacionais e de comando dentro da instituição.

Figura 1- Policiais femininas pioneiras na Polícia Militar do Pará em 1982.



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/24807/policia-militar-do-para-comemora-39-anos-do-ingresso-de-mulheres-na-corporacao>

Inicialmente, muitas policiais foram direcionadas para funções burocráticas e administrativas, reforçando a ideia de que determinadas atividades operacionais seriam incompatíveis com o gênero feminino (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). O estudo sobre as pioneiras da PMPA demonstra que as mulheres frequentemente eram associadas ao atendimento social, ao cuidado institucional e às funções internas dos quartéis (Leite; Nummer; Cardoso, 2018).

Entretanto, ao longo dos anos, as mulheres passaram a exercer também funções operacionais, policiamento ostensivo, patrulhamento motorizado, abordagens policiais, chefia de seções e comando de viaturas, demonstrando capacidade técnica, operacional e estratégica para atuação em diferentes áreas da segurança pública (Leite; Nummer; Cardoso, 2018).

A presença feminina nas viaturas e nas operações policiais contribuiu significativamente para a transformação da própria imagem institucional da Polícia Militar perante a sociedade (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). A atuação das mulheres passou a associar a atividade policial não apenas à repressão e ao uso da força, mas também à mediação de conflitos, ao diálogo e à aproximação comunitária (Leite; Nummer; Cardoso, 2018).

Nas ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha, por exemplo, a atuação feminina tornou-se extremamente relevante, especialmente porque essa legislação estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006). Muitas vítimas de violência doméstica sentem-se mais acolhidas ao serem atendidas por policiais mulheres,

especialmente em situações que envolvem violência psicológica, sexual ou familiar. Nesse contexto, a presença feminina contribui para reduzir barreiras emocionais, ampliar a confiança institucional e fortalecer práticas humanizadas de atendimento policial (Tolosa; Charlet; Lima, 2022).

Figura 2- Patrulha Maria da Penha transforma a vida de mulheres vítimas de violência no Pará



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/66376/patrulha-maria-da-penha-transforma-a-vida-de-mulheres-vitimas-de-violencia-no-para>

FEMINISMO E RECONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES: OS IMPACTOS EMOCIONAIS DA HIPERMASCULINIDADE NO AMBIENTE MILITAR

A partir da cultura institucional analisada, observa-se que os efeitos da masculinidade tradicional não se limitam à organização das funções policiais ou à distribuição simbólica dos espaços de poder (Connell, 1995). Essa lógica também alcança a dimensão emocional dos homens que integram a corporação, influenciando a forma como muitos policiais lidam com medo, sofrimento, cansaço psicológico, vulnerabilidade e necessidade de apoio (Hooks, 2000).

Nesse sentido, a hipermasculinidade pode produzir um modelo de comportamento no qual o policial masculino se sente obrigado a demonstrar força permanente, mesmo diante de situações emocionalmente difíceis (Connell, 1995). A exigência de parecer sempre firme e inabalável pode levar ao silenciamento de sentimentos como angústia, tristeza, insegurança, ansiedade e exaustão, reforçando padrões de invulnerabilidade emocional associados ao masculino (Hooks, 2000). Com isso, o sofrimento psíquico tende a ser vivido de forma individualizada, muitas vezes sem diálogo, acolhimento ou busca por ajuda profissional (Santiago; Grisoski, 2022).

No ambiente policial militar, essa questão torna-se ainda mais sensível porque a atividade profissional expõe os agentes a ocorrências de grande impacto emocional, como mortes, acidentes graves, violência doméstica, atendimento a crianças, conflitos familiares, confrontos armados e jornadas intensas de trabalho (Santiago; Grisoski, 2022). Quando o sofrimento decorrente dessas experiências não encontra espaço legítimo de elaboração, pode manifestar-se por meio de

irritabilidade, isolamento, explosões de raiva, dificuldade de convivência, adoecimento emocional e resistência ao atendimento psicológico (Hooks, 2000).

Segundo Hooks (2000), o patriarcado também aprisiona os homens ao impor modelos rígidos de dominação masculina e invulnerabilidade emocional. Nessa perspectiva, o feminismo não deve ser entendido como oposição aos homens, mas como possibilidade de questionar estruturas que também produzem sofrimento masculino, permitindo compreender que eles também precisam ser libertados da obrigação permanente de parecerem fortes, duros e emocionalmente intocáveis.

Essa reflexão é importante porque desloca o debate da ideia de confronto entre homens e mulheres para a compreensão de que a transformação das relações de gênero pode beneficiar toda a instituição (Hooks, 2000). A desconstrução de padrões rígidos de masculinidade não significa enfraquecer o policial masculino, mas permitir que ele exerça sua função com maior equilíbrio psicológico, responsabilidade emocional e capacidade de convivência profissional (Connell, 1995; Santiago; Grisoski, 2022).

Nesse contexto, a presença feminina na Polícia Militar do Pará pode contribuir para tensionar modelos emocionais rígidos historicamente naturalizados (Leite; Nummer; Cardoso, 2018). A convivência cotidiana com mulheres em equipes operacionais, administrativas e de comando demonstra que autoridade, competência e eficiência policial não dependem da negação da sensibilidade (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). Pelo contrário, a atividade policial contemporânea exige escuta ativa, comunicação, empatia, mediação de conflitos e equilíbrio emocional, competências fundamentais para uma atuação mais humanizada e compatível com as demandas atuais da segurança pública (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021).

A atuação feminina também contribui para ampliar a compreensão institucional sobre o próprio significado de força (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). A força policial não se resume à imposição física ou à resistência emocional silenciosa, mas envolve capacidade de decidir com prudência, controlar impulsos, proteger pessoas vulneráveis, dialogar em situações de crise e agir com técnica diante de conflitos complexos (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021). Essa ampliação do conceito de força favorece uma masculinidade profissional menos adoecedora e mais compatível com as exigências democráticas da segurança pública (Hooks, 2000; Santiago; Grisoski, 2022).

Além disso, a presença de mulheres em viaturas, operações, abordagens, setores administrativos e funções de liderança ajuda a desconstruir a ideia de que o bom policial precisa ser emocionalmente endurecido (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). Essa convivência permite que os próprios homens percebam outras formas legítimas de autoridade, liderança e atuação profissional, baseadas não apenas na imposição, mas também na cooperação, no respeito e na inteligência emocional (Leite; Nummer; Cardoso, 2018; Hooks, 2000).

Em ocorrências sensíveis, como violência doméstica, atendimento a crianças, idosos e vítimas vulneráveis, a participação feminina evidencia que o trabalho policial exige preparo emocional e comunicação cuidadosa (Tolosa; Charlet; Lima, 2022). Ao reconhecer essas competências como parte legítima da atividade policial, a instituição também abre espaço para que os homens desenvolvam habilidades de acolhimento, escuta e mediação sem que isso seja interpretado como perda de masculinidade (Hooks, 2000; Lopes; Ribeiro; Souza, 2021).

Dessa forma, a reconstrução das masculinidades no ambiente militar passa pela superação da ideia de que o policial homem deve ser invulnerável (Hooks, 2000). Uma masculinidade mais saudável não elimina coragem, disciplina ou autoridade, mas aproxima esses atributos da responsabilidade emocional, do equilíbrio psicológico e do respeito às relações humanas (Connell, 1995; Santiago; Grisoski, 2022).

CONCLUSÃO

A entrada feminina na Polícia Militar do Pará representa um marco relevante na história institucional da corporação e na reconstrução dos papéis tradicionais de gênero no ambiente militar. Ao longo do estudo, foi possível compreender que a cultura policial militar foi historicamente estruturada a partir de valores associados à masculinidade tradicional, como força física, autoridade, disciplina rígida, coragem, resistência emocional e capacidade de enfrentamento. Esses elementos contribuíram para consolidar uma imagem do policial ideal vinculada ao masculino, especialmente nas atividades operacionais, nos espaços de comando e nas funções de maior visibilidade institucional.

Verificou-se que essa cultura de masculinidade tradicional não afetou apenas as mulheres, ao limitar sua participação em determinados espaços, mas também produziu impactos sobre os próprios homens. A hipermasculinidade, ao exigir firmeza permanente, controle emocional absoluto e negação da vulnerabilidade, pode dificultar o reconhecimento do sofrimento psicológico, o pedido de ajuda e a construção de relações profissionais mais humanizadas. Assim, a masculinidade militar, embora historicamente associada à autoridade e ao reconhecimento profissional, também pode produzir silenciamentos emocionais e adoecimentos no interior da corporação.

Nesse contexto, a presença feminina na Polícia Militar do Pará passou a tensionar práticas e representações historicamente naturalizadas. A inserção das mulheres, iniciada em 1982, não significou apenas o ingresso de um novo grupo no efetivo policial, mas o início de um processo gradual de transformação institucional. Ainda que inicialmente muitas policiais tenham sido direcionadas a funções administrativas ou de cuidado, sua atuação progressiva em viaturas,

operações, abordagens, chefias, comandos e atendimentos especializados demonstrou que a competência policial não se restringe à força física ou à rigidez emocional.

A pesquisa evidenciou que a participação feminina contribui para ampliar a compreensão sobre o próprio trabalho policial. A atividade policial contemporânea exige não apenas enfrentamento e disciplina, mas também comunicação, equilíbrio psicológico, escuta ativa, mediação de conflitos, sensibilidade institucional e capacidade técnica. Esses atributos, muitas vezes desvalorizados por uma cultura excessivamente masculinizada, mostram-se fundamentais para uma segurança pública mais eficiente, democrática e humanizada.

Além disso, a presença feminina favorece a reconstrução das masculinidades no ambiente militar, pois possibilita aos próprios homens perceberem outras formas legítimas de autoridade, liderança e atuação profissional. Ao conviver com mulheres em funções administrativas, operacionais e de comando, a corporação passa a questionar a ideia de que o bom policial precisa ser necessariamente duro, emocionalmente fechado e permanentemente invulnerável. Desse modo, a entrada feminina também pode beneficiar os homens, ao abrir espaço para relações profissionais menos competitivas, menos adoeedoras e mais colaborativas.

Conclui-se, portanto, que a entrada feminina na Polícia Militar do Pará contribui para a reconstrução dos papéis tradicionais de gênero ao desafiar a lógica histórica que associava o policiamento militar exclusivamente ao masculino. Essa transformação ainda é gradual e enfrenta resistências culturais, mas revela avanços importantes na valorização da mulher policial, na humanização das práticas institucionais e na ressignificação da masculinidade militar. Assim, o fortalecimento da presença feminina na corporação não representa ameaça à identidade policial militar, mas possibilidade de aprimoramento institucional, equilíbrio nas relações de trabalho e construção de uma segurança pública mais plural, técnica e comprometida com os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

CFESS. **Machismo**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2019. (Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, caderno 6).

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

LEITE, Máurea Mendes; NUMMER, Fernanda Valli; CARDOSO, Luiz Fernando Cardoso. Sobre as pioneiras: gênero, trabalho e preconceito na Polícia Militar do Pará. **Cronos: Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, v. 19, n. 2, p. 54-71, 2018.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; SOUZA, Marcos Aparecido de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 298-322, 2021.

MACHISMO como regime discursivo. Disponível em:

<https://cafecomsociologia.com/wp-content/uploads/2025/12/Machismo-como-regime-discursivo.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

MARQUES, Nelson. Homens, nada temam: o feminismo também vai libertar-vos. **Visão**, 5 jun. 2021. Disponível em:

<https://visao.pt/opinioao/ponto-de-vista/2021-06-05-homens-nada-temam-o-feminismo-tambem-vai-libertar-vos/>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Eneida; GRISOSKI, Daniela Cecilia. A produção de masculinidades na Polícia Militar: notas foucaultianas. **Revista X**, 2022.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues; CHARLET, Ronaldo Braga; LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. Policiamento e gênero: quatro décadas de presença feminina na PMPA. **PMPA em Revista**, Belém, v. 1, n. 2, p. 27-45, 2022.

WADDINGTON, Peter K. A. **Policing citizens: authority and rights**. London: UCL Press, 1999.